

# APRESENTAÇÃO

É com grande entusiasmo que divulgamos a mais recente edição da nossa **Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**. Este volume aborda análises aprofundadas, ancoradas em conceitos sólidos, sobre temas críticos na esfera da administração pública contemporânea.

Entretanto, antes de apresentar a nova edição da **Revista do TCE-RJ**, é relevante fazermos um breve resumo de nossas conquistas e desafios durante o ano de 2023.

Nesse ano, buscamos ampliar as ações de capacitação por meio da execução de parcerias sólidas, do aumento da grade de cursos presenciais e a distância, de seminários e eventos. Desta forma, conseguimos exponenciar os resultados, com mais de 90.100 alunos matriculados nos nossos cursos de curta e média duração, superando em 75,32% a meta de 2023 e em 42,13% o resultado de mesma natureza obtido em 2022.

Além dos expressivos números acima elencados, houve avanços importantes na pós-graduação, com a abertura de duas novas turmas, sendo uma turma de Especialização em Gestão Pública e outra do Curso de Aperfeiçoamento para Auditores Internos Municipais. Também ampliamos o Programa de Bolsas de Estudos, alcançando pela primeira vez 40 vagas para a participação no programa, com a expectativa de abarcarmos 34 servidores.

Dentre as frentes de atuação da ECG, destacam-se o Programa de Pesquisa, o Prêmio Ministro Gama Filho, projetos especiais em parceria com outras instituições visando à capacitação de jurisdicionados e sociedade civil, o Programa de Formação de Novos Servidores, bem como a atualização de nossos sistemas de modo a propiciar uma melhor experiência em nossa plataforma pelos nossos usuários.

Esta edição da Revista traz, em sua abertura, um artigo do Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, Presidente desta Corte de Contas, intitulado “Consensualidade nos Tribunais de Contas: mesas técnicas como ferramenta de controle dialógico”. De acordo com o Conselheiro Presidente, “a iniciativa, além de auxiliar o gestor público na identificação de soluções mais eficientes e seguras, em prol do cidadão, legitima o processo decisório e amplia a segurança jurídica aos fiscalizados”.

A Consensualidade é tema relevante, atual e de centralidade nas pesquisas do Conselheiro Márcio Pacheco, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e Presidente do Conselho Superior da Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ.



**ADRIANA RAMOS COSTA**  
Diretora-Geral da Escola de Contas e  
Gestão do TCE-RJ

Por este motivo, a ECG promoveu o Seminário “Justiça Multiportas e Escolas de Governo” com a participação do Conselheiro-Presidente Rodrigo Melo do Nascimento, do Conselheiro-Vice-Presidente Márcio Pacheco, do Presidente da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campebell, do Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, do Presidente da Escola de Mediação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Desembargador Cesar Felipe Cury e do Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Marco Antonio Rodrigues.

Para além dos artigos, esta Revista traz informativos com importantes ações desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, dentre elas:

- I. A concessão do colar de mérito a nove personalidades no aniversário de 131 anos desta Corte de Contas;
- II. O 5º Encontro Técnico do Comitê Técnico de Concessões, PPP's e Privatizações dos Tribunais de Contas do Instituto Rui Barbosa e as três Oficinas virtuais sobre o mesmo tema;

III. O Seminário “O Controle Externo e o Novo Marco Legal do Saneamento Básico” em que a palestra magna foi proferida pela Diretora-Presidente, Veronica Sánchez da Cruz Rios, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA);

IV. O Seminário Análise Econômica do Direito com foco em Licitações e Contratos, com conferência de abertura do Conselheiro-Substituto Marcelo Verdini Maia;

V. O programa TCE Presente que percorreu três regiões fluminenses no segundo semestre de 2023 e contou com a participação de aproximadamente 650 participantes, promovendo maior diálogo com os Municípios;

VI. As atividades da Semana do Servidor, marcada por uma série de eventos que promoveram a valorização do servidor;

Os artigos, assinados por pesquisadores e profissionais extremamente competentes, delineiam questões complexas, promovendo uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados e das soluções propostas.

O primeiro artigo, escrito pelo Conselheiro-Substituto Dr. Marcelo Verdini Maia em colaboração com a auditora Sabrina Reinbold Rezende, intitula-se “FUNDO SOBERANO: considerações acerca de fundos subnacionais, sua natureza jurídica, o dever de prestar contas e a submissão ao controle externo exercido pelos Tribunais de Contas”. Esse trabalho, ao abordar os fundos soberanos subnacionais, dialoga com conceitos da teoria econômica e financeira, discutindo a natureza jurídica desses instrumentos e a dinâmica intrínseca de prestação de contas. Estabelece, ainda, o regramento que deve ser aplicado a esses fundos, considerando a ausência de legislação geral sobre o tema e as peculiaridades da recepção desse instrumento financeiro no contexto normativo nacional.

O artigo número dois desta edição, “ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO: criação e controle exercido pelos Tribunais de Contas”, também elaborado pelo Dr. Marcelo Verdini Maia com a coautoria da Sra. Daniele Maghelly Menezes Moreira, aborda a criação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) em nosso País como política destinada a impulsionar o desenvolvimento industrial e econômico por meio da facilitação de exportações, além de atentar para a competência dos Tribunais de Contas no que se refere às peculiaridades desses projetos.

Já o terceiro artigo, de autoria da Sra. Paula Alexandra Canas de Paiva Nazareth, trata da adaptação do resultado da pesquisa da autora no trabalho de conclusão

de curso de especialização, intitulado “TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO CONTROLE EXTERNO: Capacitação como fator fundamental”, que gerou monografia de mesmo título classificada em 2º lugar no I Prêmio IRB de Monografias de 2022. Nele, é proposta uma reflexão sobre a importância da capacitação para a transformação digital, com foco em instituições públicas brasileiras de controle externo e seus impactos no estabelecimento de sua cultura organizacional.

O artigo de número quatro, “O COMITÊ DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS COMO MÉTODO ADEQUADO DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: reflexos da consensualidade na Lei Federal nº 14.133/2021”, escrito pelo Sr. Gustavo Silva Gusmão dos Santos, ao tratar dos Comitês de Resolução de Disputas, incorpora conceitos da teoria do direito administrativo e métodos alternativos de resolução de disputas. A análise se apoia em princípios da consensualidade e busca proporcionar uma compreensão aprofundada de sua aplicabilidade em face da legislação atual.

No quinto artigo apresentado nesta edição, intitulado “TRANSPARÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL”, a auditora do TCE-BA, Sra. Aline Mendonça de Andrade, explorou pesquisas que tratam da divulgação voluntária de informações pelas Organizações da Sociedade Civil, por meio de revisão de literatura, analisando as consequências da publicização de dados para as diversas partes interessadas, ainda que não haja obrigação legal das OSCs para tal.

Por fim, publicamos neste volume o trabalho “CIDADES INTELIGENTES E A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: as contribuições de São Paulo/SP, Vitória/ES e Jaguariúna/SP”, da Sra. Marília de Andrade Lengruber. Nele, a autora aborda práticas de gestão pública municipal, apresentando as contribuições específicas das cidades analisadas por meio de discussões de ampliação do bem-estar dos seus cidadãos, com foco na replicação de ideias e práticas. Esse artigo é uma adaptação do trabalho de conclusão de curso elaborado por Marília como requisito para conclusão do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal realizado nesta Escola de Contas e Gestão.

Foi um ano com muitos desafios e muito trabalho, mas com a dedicação e a competência de toda a equipe da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, sempre comprometida com a entrega de um trabalho de excelência, foi possível caminhar por 2023 e entregar resultados expressivos.

Convido a todos à leitura!